

REPORTAGEM Profissionais das Ciências Contábeis estão em permanente capacitação e aperfeiçoamento para incluir a automação e enfrentar as mudanças constantes da atividade

Contabilidade passa por revolução tecnológica nos últimos anos

RAWPIXEL/DIVULGAÇÃO/JC

NÍCOLAS PASINATO
nicolasp@jcrs.com.br

Na segunda metade do século XIX, surge, no Brasil, a profissão “guarda-livros”, expressão que se referia ao atual profissional de contabilidade. Na época, suas funções compreendiam, entre outras coisas, elaborar contratos e distratos; controlar a entrada e saída de dinheiro; produzir correspondências e se responsabilizar por toda a escrituração mercantil. Uma boa caligrafia também era recomendada, já que a contabilidade era feita toda à mão. De lá pra cá, muita coisa mudou e os processos que eram manuais foram, cada vez mais, migrando para o digital.

Para o coordenador da Comissão de Estudos de Tecnologia da Informação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), Ricardo Bitencourt, o saldo para a área contábil dessa transformação tem sido positivo até aqui.

“Automatizou processos, tornou mais ágil o acesso à informação e proporcionou decisões mais acertadas nos negócios, baseadas na contabilidade”, resume.

Entre as ferramentas tecnológicas responsáveis por essas mudanças está o Enterprise Resources Planning (ERP), conhecido também como Sistemas Integrados. Trata-se de um software que visa à automação dos procedimentos de uma empresa. Na contabilidade, o ERP reúne todas as funções contábeis em um sistema, além de permitir tanto o compartilhamento quanto a geração de dados em tempo real, o que facilita a gestão e controle de todos os setores de uma organização.

Em 2014, no Rio Grande do Sul, iniciativa da Secretaria da Fazenda do Estado em parceria com o CRCRS deu um passo importante na democratização do ERP com escritórios de contabilidade. “Foi implantado o serviço de integração com as empresas de serviços contábeis.



Dia a dia do contador é de constante atualização para incluir na rotina dos escritórios as ferramentas mais modernas

Com isso, as notas fiscais eletrônicas dos clientes do escritório são ‘baixadas’ através de uma procuração eletrônica do cliente para o escritório e, após, processadas”, explica Bitencourt.

As exigências do Fisco também foram importantes para o avanço tecnológico na contabilidade. Como exemplo, é possível citar o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), criado ainda em 2007 pela Receita Federal com o objetivo de modernizar as relações entre o órgão e o contribuinte.

O sistema é composto por uma série de obrigações acessórias que são entregues conforme o setor ou departamento da empresa. Entre elas, aparecem a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Contabilidade Digital (ECD), a Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS e IPI) e o eSocial.

Pesquisa “Tax do Amanhã” realizada em 2020 pela Deloitte com empresas de diferentes segmentos e portes do País mostra que a emissão de notas fiscais, a entrega de obrigações (como o Sped Fiscal) e os lançamentos de saída são ações que já são realizadas automaticamente por mais de sete em cada dez empresas pesquisadas. O levantamento aponta que somente 4% das companhias entrevistadas não contam com nenhuma operação fiscal automatizada.

Para o coordenador da Comissão de Estudos de Tecnologia da Informação do CRCRS, o mercado, naturalmente, tem levado o setor contábil para o

caminho da inovação. “O profissional da contabilidade foi um dos precursores na utilização da tecnologia desde os primórdios da microinformática, sendo o sistema público de escrituração digital um dos maiores exemplos. Hoje, mais do que nunca, o contador tem que conhecer até uma estrutura de arquivos, seja para integração entre sistemas ou para uma conferência. Aquele que tiver a atenção voltada à tecnologia, acompanhará o mercado. Os

demais, por sua vez, terão que se reinventar em outra atividade”, enfatiza o contador.

Entre as tendências tecnológicas na área contábil que o profissional deve estar atento, Bitencourt cita as APIs (Application Programming Interface), um conjunto de normas que possibilita a comunicação entre plataformas através de uma série de padrões e protocolos e que, segundo ele, trará ao mercado de contabilidade mais agilidade na geração das informações.

CRCRS/DIVULGAÇÃO/JC

Receita dá a receita

Nova regulamentação sobre os regimes de drawback suspensão e isenção

Foi publicada, a Portaria Conjunta nº 76, das Secretarias Especiais de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint) e da Receita Federal, contendo regras sobre a concessão, gestão e controle dos regimes aduaneiros especiais de drawback suspensão e isenção. Esses mecanismos permitem a desoneração tributária de insumos aplicados na produção de bens exportados pelos mais variados segmentos da economia brasileira, como carne de aves e suína, minério de ferro, celulose, automóveis e produtos químicos. A portaria passa a permitir que as microempresas e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional possam utilizar os regimes de drawback suspensão e isenção visando garantir a compra no exterior com suspensão, isenção ou alíquota zero de tributos incidentes sobre itens empregados ou consumidos em suas exportações. A norma permite ainda a utilização do drawback isenção

pelas empresas exportadoras de bens de capital de longo ciclo de fabricação. Antes, esses exportadores, que costumam ter processos produtivos com prazos superiores a 2 anos, somente podiam se beneficiar do drawback suspensão.

Acordo de Reconhecimento Mútuo do OEA entre as Aduanas do Brasil e dos EUA

A Aduana do Brasil, representada pela Receita Federal e a Aduana dos Estados Unidos (EUA), representada pelo “Customs and Border Protection” (CBP), assinarão em Washington, acordo de Reconhecimento Mútuo do Operador Econômico Autorizado. Atualmente, aproximadamente 500 empresas estão certificadas no Programa e representam mais de 27% de todas as declarações de importação e exportação registradas no Brasil. Nos últimos três anos, em média, 17% das exportações brasileiras para os EUA são realizadas por empresas certificadas no Programa Brasileiro de OEA.



Bitencourt destaca aumento de documentação eletrônica na rotina profissional